economia

Bancos vão excluir chaves Pix de irregulares

De acordo com o Banco Central, pouco menos de 8 milhões de chaves de pessoas físicas têm alguma inconformidade

/ CONJUNTURA

O Banco Central (BC) publicou nesta quinta-feira alterações no Regulamento do Pix para exigir que as instituições financeiras e instituições de pagamento participantes garantam que os nomes das pessoas e das empresas vinculadas às chaves Pix estejam em conformidade com os nomes registrados nas bases de CPF e de CNPJ da Receita Federal. A verificação de conformidade deverá ser efetuada sempre que houver uma operação envolvendo uma chave Pix, como um registro, uma alteração de informações, uma portabilidade ou uma reivindicação de posse.

Os participantes do Pix deverão excluir chaves de pessoas e de empresas cuja situação não esteja regular na Receita Federal. CPFs com situação cadastral "suspensa", "cancelada", "titular falecido" e "nula" e CNPJs com situação cadastral "suspensa", "inapta", "baixada" e "nula" não poderão ter

chaves Pix registradas na base de dados do BC.

O chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central, Breno Lobo, disse que apenas 8% da base total de chaves Pix tem algum tipo de problema. Desses, a maior parte apresenta divergências pontuais, de grafia, entre o nome vinculado à chave e o vinculado a um CPF, por exemplo. Em relação à situação cadastral, Lobo disse que 99% das mais de 796 milhões de chaves Pix de pessoas físicas estão regulares. Das pouco menos de 8 milhões de chaves com problemas, 98% - ou aproximadamente 7.8 milhões - dizem respeito a usuários que faleceram, mas não tiveram seus nomes retirados do DICT, a base de dados que armazena as informações.

Entre as quase 40 milhões de chaves Pix de pessoas jurídicas, 95% estão regulares - aproximadamente 38 milhões. São quase 2 milhões de chaves com alguma irregularidade. "Você vê que são coisas bem residuais, e que o grosso do que a gente quer combater, realmente, é a questão dos golpes", afirmou o técnico.

Com as novas medidas, será mais difícil para os golpistas manterem chaves Pix com nomes diferentes daqueles armazenados nas bases da Receita Federal. Para garantir que os participantes do Pix cumpram as novas regras, o BC irá monitorar periodicamente a conduta dos participantes, podendo aplicar penalidades para aquelas instituições que apresentem falhas nesse processo. Além disso, o BC está criando uma segunda linha de defesa, em que o próprio BC atuará ativamente para detectar chaves Pix com nomes diferentes do registrado na Receita, para garantir que os participantes excluam ou ajustem essas chaves.

O BC proibiu a alteração de informações vinculadas a chaves aleatórias e a reivindicação de posse de chaves do tipo e-mail.



Com as novas medidas, ficará mais difícil a atuação de golpistas

Pessoas e empresas que usam chaves aleatórias e que queiram alterar alguma informação vinculada a essa chave não poderão mais fazê-lo. A partir de agora, deve-se excluir a chave aleatória e criar uma nova chave aleatória, com as novas informações. Pessoas e empresas que queiram reivindicar a posse de um e-mail

também não poderão mais fazê-lo. Chaves do tipo e-mail não poderão mais mudar de dono. Apenas chaves do tipo celular continuam a ter acesso a essa funcionalidade, para permitir que números de celular pré-pago, que podem mudar de dono, também possam mudar de dono quando registradas como chave Pix.

Aplicativo do FGTS tem fila de espera e sumiço de saldo no primeiro dia de saques

O aplicativo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) apresenta falhas nesta quinta-feira, no primeiro dia de liberação do saque-aniversário para demitidos. O saldo desapareceu da consulta em parte dos casos: o sistema informa que o saldo é inexistente e que não há contas do FGTS. Em outros exemplos, o trabalhador é levado para uma sala de espera

virtual. E, mesmo após aguardar, aparece a informação de que não é possível atender à solicitação.

A Caixa Econômica Federal foi procurada para comentar o que pode ter gerado a falha e quando a consulta voltará a funcionar, mas não respondeu até a publicação desse texto. É possível que o problema decorra do grande número de acessos ao aplicati-

vo nesta quinta. No Downdetector, aplicativo de monitoramento de serviços online, houve um pico de reclamações sobre o aplicativo às 13h27, com 287 relatos.

Ao todo, serão liberados R\$ 12 bilhões para 12 milhões de trabalhadores. Cerca de 10 milhões de trabalhadores terão os valores creditados diretamente em suas contas bancárias cadastradas no aplicativo do FGTS, de forma automática, nesta quinta. Os outros cerca de 2 milhões não têm conta bancária cadastrada no aplicativo do FGTS e, por isso, terão que ir a uma agência da Caixa ou a uma lotérica para pegar o dinheiro.

Apesar de a maioria dos trabalhadores ter a conta cadastrada, e a liberação automática, há muitas dúvidas sobre o valor que está sendo liberado, especialmente entre os que fizeram antecipações do saque-aniversário, um tipo de empréstimo contratado em instituições financeiras cadastradas, segundo a reportagem apurou em agências da Caixa nesta quinta. A parcela de março do depósito dos valores paga até R\$ 3 mil por trabalhador (a maior parte dos contemplados tem até esse limite).

Governo Lula zera alíquota de importação para carne, milho e outros produtos

O vice-presidente Geraldo Alckmin anunciou nesta quinta-feira que o governo vai zerar a alíquota de importação para diversos produtos, entre eles a carne, o café, o azeite, o milho e o açúcar. A cesta básica também terá sua tributação zerada, conforme anunciou o Planalto. As medidas devem entrar em vigor nos próximos dias. Hoje, a alíquota sobre a carne é de 10,8%. O café, por sua vez, era de 9%.

A alta no preço dos alimentos é apontada como uma das razões para a perda de popularidade do presidente Lula, que atingiu na última pesquisa Datafolha o pior nível de aprovação de sua história. "Nós acreditamos que esse conjunto de medidas vão ter sim um resultado importante. Claro que é

preciso destacar que tivemos no ano passado uma queda grande nos preços dos alimentos no país, depois é que aumentou, motivado por uma seca excepcional e pelo dólar. A expectativa da seca é que teremos um bom ano do ponto de vista climático", disse Alckmin.

O anúncio foi feito após reunião entre Lula e seus ministros e depois de discussão das medidas com representantes de entidades do setor de alimentos.

Os ministros Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (também ministro do Desenvolvimento e Indústria) se reuniram na manhã desta quinta no Palácio do Planalto. Também estiveram presentes o secretário-executivo do

Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e o ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social), Sidônio Palmeira. De acordo com Fávaro, o primeiro encontro foi preparatório para a reunião com Lula. Entre as entidades do setor alimentício que participaram da reunião, estiveram a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal). ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne). Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Abras (Associação Brasileira de Supermercados).

Na primeira reunião ministerial do ano, Lula cobrou especialmente os ministros do setor para trazerem medidas que baixassem o preço dos alimentos. Desde então, havia a expectativa de que os chefes das pastas apresentassem alternativas ao governo.

Na ocasião, o presidente se queixou da alta da comida e afirmou que, a partir daquele momento, o lema de seu governo seria "união, reconstrução e comida barata na mesa do trabalhador". No final de fevereiro, o presidente chegou a afirmar ter "obsessão por comida barata", durante participação em evento no Rio de Janeiro.

Nas últimas semanas, o governo chegou a avaliar a possibilidade de zerar o imposto de importação do trigo, como forma de baratear a entrada do insumo no país e, assim, reduzir a alta no preço dos alimentos. Ao retirar o imposto de 9% pago para trazer o cereal para o país, a expectativa é que houvesse uma queda nos pre-

ços para o consumidor. O mesmo movimento foi analisado para zerar a alíquota de 9% que recai sobre o óleo comestível, incluindo produtos como óleo de soja, girassol, milho e canola, entre outros. O efeito prático de zerar a alíquota de importação do trigo, no entanto, poderia não ter grande relevância sobre a inflação dos alimentos, mas seria ao menos um sinal político de que alguma coisa está sendo feita, avaliavam interlocutores do governo. O que não pode, como disse um ministro que acompanha o assunto, é ficar parado, como se nada pudesse ser feito.

Essa medida já foi tomada em diversas ocasiões, incluindo nas gestões de Dilma Rousseff (PT), Jair Bolsonaro (PL) e do próprio presidente Lula.